7° Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da ABRI

03-12 e 05-12, Porto Alegre, RS.

Área temática - História das Relações Internacionais e da Política Exterior

A ARGENTINA EM MEIO À TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA ANGLO-SAXÃ: RELAÇÃO OU APRISIONAMENTO TRIANGULAR?

Thiago Noschang Cabral[1]

RESUMO EXPANDIDO

O presente artigo tem como contexto a política externa argentina nos primeiros momentos da passagem hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos no início do século XX. Assim, o objeto da pesquisa centra-se na análise crítica em torno de um termo amplamente utilizado pela historiografia: a Relação Triangular Argentina. Além de descrever a inserção internacional argentina no início do século XX, o presente artigo tem como objetivo questionar se o conceito contempla a natureza da relação que se estabeleceu de fato entre Argentina, Grã-Bretanha e Estados Unidos sob a luz da transição hegemônica de 1916 e 1946 (Gilpin, 1981).

No que tange a metodologia, o trabalho utiliza-se do método indutivo. A forma de abordagem se dá por meio de mapas mentais heurísticos formulados a partir do *software* Obsidian, de modo a situar os conceitos utilizados em grupos a partir das definições exploradas. Além disso, se utilizará do conceito de transição hegemônica desenvolvido por Gilpin (1981) como marco teórico para fins de contextualização da política internacional da época. Por se tratar de um debate conceitual, o trabalho respalda o debate em torno da literatura especializada sobre o tema.[2]

O resultado parcial obtido ilustra uma relação de dominação hegemônica configurada pela passagem de dois países de peso nas relações exteriores argentinas. Em Rapoport (2003, p. 157); Escudé (2012, p. 156), Rock (1986), Adamovsky (2020), O'Connell (1984), Bethell (2017), a relação triangular é vista majoritariamente por uma

---

[1*]Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Grupo de Estudos em Instituições e Processos Decisórios nas Relações Internacionais (GEIPRI). E-mail:thiago.cabral@acad.ufsm.br. Trabalho realizado com incentivo do Programa de Demanda Social/CAPES.

[2] Para citar alguns: Whitaker (1956), Conil; Ferrari (1971), O'Connell (1984), Rock (1986), Donghi (1993), Escudé (1995), Luna (1995), Bueno (1997), Cervo (2001), Beired (2001), Rapoport (2003), Romero (2007), Muñoz (2010), Bethell (2017), Devoto; Fausto (2004), Pellegrino; Prado (2019), Doratioto (2022).

perspectiva econômica, sendo ela necessária para entender a explicar a inserção internacional argentina entre a Primeira Guerra Mundial e a Crise dos anos 30. Além disso, o termo isolado "relação" não explicita corretamente a desigualdade titânica entre as capacidades entre a Argentina, um país periférico, e os Estados Unidos e Grã-Bretanha, potências hegemônicas em momentos alternados. Essa ideia fica mais clara quando analisada sob o viés da transição hegemônica. Por fim, cabe destacar que a presente pesquisa foi realizada com apoio do Programa de Demanda Social/CAPES, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), ao qual o autor é filiado.

Palavras-chave: relação triangular, transição hegemônica,

1. DA *BELLE ÉPOQUE* ARGENTINA À GRANDE GUERRA (1880-1916)

O período entre 1880 e 1910 como Regime Conservador ou Ordem Conservadora. Já o momento entre 1910-1912 pode ser entendido como o florescimento da Argentina moderna. Com relação ao primeiro período, a Argentina foi governada por uma sucessão de políticos que compartilhavam do mesmo projeto nacional. Em síntese, se almejava: a) integração completa do aos circuitos comerciais mundiais de maneira soberana; b) povoar as extensas zonas inabitadas por meio de migrações de populações brancas anglo-saxãs; c) modernizar as grandes cidades e d) pacificar as relações entre vizinhos, resolvendo contendas territoriais (Luna, 1995, p. 84-94).

Diversos fatores competem para explicar de que forma a Argentina conseguiu se equiparar em níveis de renda per capita aos maiores países do mundo. Entre eles, a adoção de novas tecnologias, imigrações, educação ampliada e utilização de maciças quantidades de capital estrangeiro são alguns exemplos que auxiliam na compreensão da transição supracitada.

Concomitante à paz e prosperidade que se enxergava no exterior, na Argentina a mesma atmosfera era emulada. Assim sendo, tal era a situação internacional: Os Estados Unidos após vencer a guerra contra a Espanha em 1898 pelo território cubano começava a revelar a sua força, assim como a pretensão de exercer a hegemonia no continente latino-americano. Exerce o controle sobre Cuba, Porto Rico e Filipinas (Luna, 1995, p.

84). Por sua vez, a Espanha encara a derrota em Cuba como um fracasso nacional, indicando a decadência da proeminência espanhola no xadrez internacional.

Por mais que houvesse disputas localizadas internacionalmente, o que se via internacionalmente era a consolidação de um ambiente propício para investimentos e ao comércio exterior. A desejada modernização da Argentina e concomitante integração da mesma aos circuitos comerciais mundiais foi possibilitada por grandes quantias de investimento que vinham do exterior. Por meio das exportações e arrendamento das terras, esses proprietários conseguiram aumentar suas exportações e concomitantemente, liquidar suas dívidas (Luna, 1995, p. 89).

Dessa forma, os argentinos assentam seu comércio exterior na prerrogativa de um mundo marcado por fácil atração de capital estrangeiro – devida à ampla disponibilidade – e a demanda irrefreável por matérias primas. Além disso, a especialização no comércio de produtos como o trigo e a carne, tiveram suas vendas favorecidas pela complementaridade no mercado do principal investidor, o Reino Unido (Whitaker, 196. 20). Também é nessa época que os britânicos se afirmavam como grande potência após a guerra com os Boers, possuindo enorme frota, comércio pujante, extensa indústria e instabilidade institucional (Luna, 1995, p. 84)

Como mencionado anteriormente, é com a Primeira Guerra Mundial que a Argentina confronta uma realidade contrastante com aquela que testemunhara desde a sua unificação. A União Cívica Radical (UCR) – partido de Yrigoyen – com poder radicado em Buenos Aires e Santa Fé, foi um partido da classe média, que abrangia diversos setores periféricos da sociedade argentina – entre eles imigrantes, trabalhadores urbanos, pequenos fazendeiros, comerciantes, industriais, etc. (Davis, 1947, p. 281). Os partidários da UCR (radicais) se projetavam politicamente por intermédio da representação de pautas que desafiavam a primazia de parte das elites tradicionais latifundiárias da Argentina (Cabral, 2023).

A ligação privilegiada com a Grã-Bretanha como uma estratégia para o desenvolvimento da Argentina é um ponto central nas discussões sobre a identidade nacional argentina. Nesse sentido, nas obras de Mariano Moreno, já se podem identificar referências à defesa do livre-comércio com a Grã-Bretanha, rompendo o pacto colonial com a Espanha, influenciado pelas ideias de Adam Smith, Quesnay e Gaspar Melchior.

Dessa forma, a presença o modo e a forma como o comércio exterior durante o século XX estava estruturado estava fundado em uma estrutura construída ao longo de décadas desde a sua independência. Sinteticamente, a lógica era de utilizar os lucros

advindos do comércio exterior para distribuir entre as demais áreas da economia que precisavam de investimento (Devoto; Fausto, 2004). Assim sendo, o mercado agroexportador se torna o carro chefe da economia argentina, servindo como base também para o setor industrial. Esse cenário, de priorização do sistema agrícola, gerou um grande desequilíbrio desde o século XIX com relação às indústrias (pouco desenvolvidas) colocando a Argentina em uma situação descrita nas palavras de Whitaker (1965, p. 37) como "exportar ou morrer".

Assim sendo, se por um lado a Argentina se beneficiou dos efeitos da hegemonia[3] britânica até 1914 de outro precisou lidar com o choque do fim abrupto de um período marcado por um significativo fluxo de investimentos estrangeiros; alta demanda de produtos primários e chegada em massa de imigrantes. Com a Grande Guerra e a Crise de 1929 a Argentina teve que se adaptar a um comércio internacional muito diferente do que experimentara até então. A desaceleração na quantidade de investimentos acompanhou a contraditória adoção de medidas protecionistas por parte das grandes potências defensoras do *laissez-faire*, jogando os argentinos desafiar rivais e questionar aliados.

3. A ARGENTINA NO ENTREGUERRAS E A RELAÇÃO TRIANGULAR (1916-1930)

O período entreguerras (1918-1939) data um período na história mundial de grandes mudanças nas Relações Internacionais (Romero, 2007, p. 38). Portanto, nesse tópico serão tratadas os efeitos da deflagração da Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929 Argentina, doméstica e internacionalmente.

Um dos principais motivos do impacto da I G.M na Argentina se dá pela natureza da relação com a Grã-Bretanha – uma das principais nações envolvidas com o conflito – que era até então a principal potência mundial, era também o principal parceiro econômico-financeiro argentino. Desde a independência portenha, os britânicos se consolidaram como os principais investidores no mercado argentino – os barcos a vapor e os frigoríficos são exemplos de investimentos britânicos realizados como meio de

---

[3] O país hegemônico (ou hegemon) é aqui entendido enquanto aquele que: [...] exerce sobre as demais uma **preeminência não só militar, como também freqüentemente econômica e cultural**, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu **elevado potencial de intimidação e coerção**; **chega mesmo a ponto de constituir um modelo** para as comunidades sob a sua Hegemonia (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 732, grifos próprios).

aumentar a produção agropecuária argentina[4] – que possuía como foco a carne e os grãos – ao mundo, alçando-a a uma das maiores do mundo[5] (Lanús, 2015, p. 301-302).

Segundo Lanús (2015, p. 301), a estreiteza dos laços entre argentinos e britânicos era algo único, a ponto de serem criadas expressões da Argentina enquanto um "sexto domínio" ou "domínio honorário". Portanto, é significativo entender que tal proximidade no campo das relações comerciais criou uma opinião doméstica – sejam questões culturais, econômicas e políticas – sensíveis a mudança na relação entre os dois países.

Ao fim do conflito o Reino Unido experienciou uma rápida recuperação, logo em 1920 a prosperidade acaba, dando início a políticas deflacionárias que na tentativa de proteger a libra esterlina, prejudicaram drasticamente o padrão de vida dos locais (Kershaw, 2016, p. 110)[6]. A economia britânica foi corroída pelo esforço de guerra, e além disso, por causa dos conflitos marítimos, o Reino Unido também perdeu presença em inúmeros mercados internacionais. Segundo Hobsbawm, o conflito "[...] arruinou vencedores e vencidos; [...] empurrou os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e a exaustão física" (Hobsbawm, 1995, p. 32).

Não apenas restrito à dimensão econômica, a destruição do Velho Continente colocou em xeque a admiração cultural latino-americana pelos europeus – tendo em vista uma percepção latino-americana de que nessa região residiam os exemplos de civilização (Compagnon, 2014, p. 19).

No início da guerra, o comércio internacional na perspectiva das Américas presenciou uma alta demanda de produtos primários – minérios e alimentos, dos quais favoreciam os modelos econômicos locais – por parte dos países beligerantes, comprometidos com o esforço de guerra.[7]

---

[4] Como destaca Whitaker (1956, p. 17-19), a região central da Argentina tem uma das melhores zonas agrícolas do mundo, tornando o país um dos maiores centros produtores de alimentos. Por sua vez, a riqueza agrícola compensa a pouca disponibilidade de recursos minerais, como o petróleo, ferro e carvão.

[5] Ainda que este modelo tenha favorecido a economia argentina, internamente o modelo suscitou críticas pela dependência gerada (Whitaker, 1965, p. 20).

[6] De acordo com Kershaw (2016, p. 111): "O custo econômico da guerra foi astronômico – mais de seis vezes o total da dívida nacional de todos os países desde o fim do século XVIII até 1914".

[7] Resumidamente: "Enquanto as **elites latino-americanas** se nutriam quase exclusivamente de referentes europeus desde as Independências e haviam atravessado a Belle Époque **convencidas de que o coração da civilização se encontrava em alguma parte entre Paris, Londres e Berlim**, elas **questionam a cultura cosmopolita de que eram depositárias e desenvolvem uma reflexão duradoura, destinada a constituir uma nova identidade nacional ou continental**, emancipada de 'modelos' europeus, agora considerados obsoletos e inadaptados às realidades sociológicas da América Latina" (Compagnon, 2014, p. 19, grifos próprios).

No momento em que eclode a Primeira Guerra Mundial a Argentina se encontrava sob a primeira presidência de Hipólito Yrigoyen (1916-1922). Durante o conflito, Yrigoyen recorreu ao precedente histórico e se manteve neutra, em prol do comércio. Por outro lado, a dificuldade de importar bens manufaturados incentivou os debates em torno da criação de uma indústria nacional de setores integrados (Luna, 1995, p. 104).

Além disso, o conflito não afetou apenas a demanda do comércio internacional, mas também o sistema de pagamentos, e a oferta de capitais de produção, do qual países exportadores como a Argentina dependiam (Bethell, 2017, p. 20).

Findada a guerra, o próximo passo era a reconstrução não apenas material da Europa, como também da ordem internacional desta proveniente. A dívida com os Estados Unidos acumulada pelos países centrais durante o conflito – considerada por Hobsbawm (1995, p. 31) como um dos motivos pela qual houvera a imposição de uma indenização tão alta à Alemanha pela França e Reino Unido – carregava em seu seio um sentimento de vingança que não ponderava a importância de Berlim na estabilidade comércio europeu.

Por outro lado, os Estados Unidos, apoiados em uma força econômica quase auto suficiente, se encontravam ao final do conflito como a única economia com capacidade de oferecer empréstimos e fornecer produtos necessários para a reconstrução europeia. Em 1922, a dívida líquida dos britânicos para com os estadunidenses era de quase 4,5 bilhões, o que se reproduzia em maiores ou menores medidas com os demais países europeus (Kershaw, 2016, p. 111). Além disso, com o eclipse da economia alemã e o distanciamento dos britânicos, os norte-americanos a passos largos se tornaram o principal investidor na América Latina e demais continentes (Bethell, 2017, p. 21).

Como sublinhado acima por Bethell (2017), o liberalismo econômico dava sinais de insuficiência prática. Cada vez mais países centrais e periféricos adotavam tarifas alfandegárias, proibições de compras e outros mecanismos protecionistas para salvaguardar suas produções locais (Idem). Em consonância, os países do Novo Mundo acirraram o comércio de produtos manufaturados como chance natural para desenvolver os mercados internos.

Sob outra perspectiva, os reflexos da realidade internacional na Argentina eram de crescente urbanização; surgimento de novas classes que criticavam as desigualdades sociais somavam esforços na direção de nacionalismos locais que reivindicavam novas respostas para os novos tempos – atrelada à mudança internacional econômica (Cabral, 2023). Nesse ínterim, soma-se aos eventos internacionais de impacto na Argentina a

crise capitalista de 1929, que por sua vez pôs em foco a contradição entre democracia política e a base oligárquica do Estado. Na Argentina, o Exército assume como uma classe política protagonista, restaurando as bases da oligarquia-conservadora (Coggiola in Zagni, 2015, p. 16).

Outro atenuante para a inserção internacional argentina se dava pelo superávit com o Reino Unido – em decorrência da venda de alimentos argentinos para a Grã-Bretanha em tempos de guerra – e um déficit com os Estados Unidos – devido a falta de complementaridade entre as duas economias e o protecionismo estadunidense – na verdade ambos países competiam em gêneros como o trigo (Bethell, 2017, p. 24).

Devido a essa situação, tanto os planos econômicos quanto os políticos (pan-americanismo) dos estadunidenses chocavam-se aos interesses argentinos. Esses, que em decorrência dos seus fluxos comerciais e imigratórios, se considera mais próximo da Europa (nominalmente Inglaterra) do que do continente americano (Bueno, 1999, p. 11).

O resultado dessa desigualdade na relação dá origem à secular resistência portenha aos Estados Unidos enquanto potência hegemônica – que se perpetuou nas conferências interamericanas durante grande parte do século XX. Em retrospectiva, o futuro Secretário do Estado norte-americano, Summer Welles defende que o antagonismo entre os dois países se devia ao fato da Argentina se opor a qualquer modelo de organização interamericana que investisse aos EUA ou ao Brasil influência suficiente para colocar em xeque a capacidade da Argentina ser o representante dos interesses latino-americanos (Welles, 1945, p. 161).

Devido a sua frota prejudicada pelos confrontos e pela necessidade de priorizar os gastos com o esforço de guerra, a Grã-Bretanha gradativamente se encontrava eclipsada pelos Estados Unidos, que tinham como objetivo suprir o vácuo de demanda por investimentos e bens de capital na Argentina. Esse cenário dá origem a um conceito explorado pela historiografia (O'Connell, 1984; Rock, 1986; Rapoport, 2003; Escudé, 2012; Adamovsky, 2020) chamado de Relação Triangular Argentina.

Basicamente, essa relação tripartite era definida pelo comércio superavitário com os britânicos e deficitário com os EUA.[8] Devido a dimensão inescapável que esses dois países representavam para a economia argentina, ela se tornou uma característica

[8] Diferentemente do primeiro, o segundo não necessitava da compra de cereais e carnes da Argentina, todavia os argentinos necessitavam de bens de capital (como tratores) para garantir sua produção. A complementação econômica que ocorria com os britânicos inexistia com os norte-americanos.

constante nas relações internacionais da Argentina (O'Connell, 1984; Rock, 1986; Rapoport, 2003; Escudé, 2012; Adamovsky, 2020). Portanto, o superávit comercial com os europeus em libras foi destinado, cada vez mais, a financiar o saldo deficitário em dólares com os Estados Unidos. Quando as moedas se tornaram inconversíveis em ouro, as exportações argentinas entraram em crise, pois não possuíam os dólares para realizar importações de máquinas, insumos e outros materiais importantes para a produção doméstica (Adamovsky, 2020, p. 165).

No amanhecer da nova era – marcada pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e a irrupção da Crise de 1929 –, por mais que se buscou reformar os pilares da antiga ordem sob um novo hegemon, a estrutura do comércio internacional dava indícios da sua ineficácia[9]. A percepção era generalizada de que se transitava da hegemonia britânica para a norte-americana (Hobsbawm, 1995, p. 32).

Contudo, apesar da Relação Triangular ser percebida por autores enquanto multidimensional (econômica, cultural e política), a literatura não leva em conta a transição hegemônica entre os dois lados do triângulo. Neste contexto, a Argentina, enquanto país periférico, se encontra em relação estreita com duas grandes potências alternadamente hegemônicas. Mais do que isso, ao passo que os norte-americanos se consolidaram inequivocamente como potência hegemônica – se consolidando durante a Segunda Guerra Mundial (Coggiola in Zagni, p. 16, 2015) – maior era o repúdio argentino à sua liderança.

Ou seja, a partir da Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, os movimentos de insatisfação já existentes há séculos são catalisados nos países do Novo Mundo, e em especial, a Argentina por conta do seu relacionamento único[10] com as potências em transição pela liderança global. Portanto, convém suprir a lacuna da relação triangular argentina sob a luz da transição hegemônica.

4. A TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA (1930-1945)

[9] O fim do padrão-ouro, do livre comércio e as críticas ao Estado liberal são alguns desses indícios (Saes; Saes, 2013, p. 331).

[10] Rapoport (2003) e Escudé (2012) destacam que o Canadá se encontrava sobre a mesma relação triangular, contudo o mesmo não apresentou o mesmo grau de antagonismo aos norte-americanos.

Como mencionado anteriormente, a transição hegemônica entre Estados Unidos e Grã-Bretanha inicia com a I G.M, se acentua no período entreguerras, para concluir após o fim da II G.M (Muñoz, 2010, p. 220).[11]

O fenômeno da transição hegemônica, constitui fenômeno central para o entendimento das relações internacionais, sendo portanto, um espaço conhecido dentro das linhas teóricas dentro das Relações Internacionais. Nesse sentido, Gilpin (1981) oferece explicações concisas sobre o fenômeno que aqui se pretende explorar. Sinteticamente, o autor afirma que a história é marcada por um ciclo contínuo da relação entre poder (ou poderes) hegemônico e poderes desafiantes. Nesse cenário, em determinado momento, enquanto que o poder dominante percebe aumentar os custos para manter o *status quo*, os poderes desafiantes notam diminuir o custo de tomar uma posição de enfrentamento e mudar a estrutura do sistema (Gilpin, 1984, p. 187).

Assim sendo, a transição hegemônica pode tanto envolver guerras hegemônicas quanto transições pacíficas – caso da transição hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. De acordo com o autor, a inexistência de um conflito armado ocorreu pois como a Grã-Bretanha estava comprometida em cinco desafiantes diferentes à sua hegemonia (França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Rússia), eventualmente ela decidiu priorizar combater a Alemanha[12] e se desfazer dos demais e conceder o passe hegemônico para os EUA – (Gilpin, 1981, p. 194-195).

Dessa forma, os dois países encerraram um século de hostilidade e estabeleceram as bases do que ficou conhecido como a relação especial das potências anglo-saxãs (Idem). Entretanto, essa transição hegemônica não ocorreu imediatamente, abarcando o intervalo do início e o fim dos dois conflitos mundiais. Durante esse período, os Estados Unidos assumem a liderança do mundo, construindo da sua própria imagem o sistema internacional que perdura até os dias atuais.

---

[11] Nesse contexto, os Estados Unidos: "[...] **gozavam, em primeiro lugar, de grande prestígio financeiro** em função dos empréstimos para a guerra e para a reconstrução europeia, com Nova Iorque tornando-se um novo e importante centro financeiro; e em segundo lugar, de **grande poder industrial**, representado, entre outros, pelo sensacional desenvolvimento da indústria automobilística, além de ultrapassar de longe, em volume de produção industrial, as outras potências. Entretanto, dentro das relações políticas internacionais, os Estados Unidos ainda se apresentavam de uma maneira tímida nos centros de decisão" (Saes; Saes, 2013, p. 332, grifos próprios).

[12] Por mais que os Estados Unidos estivesse se tornando uma potência naval, desafiando a presença britânica no hemisfério ocidental e no Oceano Pacífico, a ameaça imediata era a expansão naval alemã. Em 1890 o Reino Unido concordou com a decisão norte-americana sobre a Guiana britânica. Um século de atrito entre britânicos e norte-americanos deu lugar à fundação de uma aliança que prevaleceu nas duas guerras mundiais (Gilpin, 1981, p. 196).

5. A ARGENTINA EM MEIO À TROCA DE HEGEMONS (1930-1945)

Conforme o centro do mundo financeiro mudava no início do século XX de Londres para Nova Iorque, se intensificaram as relações latino-americanas como forma de expandir a hegemonia no continente. Nesse contexto, os argentinos iam contra a correnteza, que em decorrência dos seus laços históricos com Londres, buscavam preservar seus interesses com o continente Europeu. Mais do que reflexos puramente econômicos, os eventos analisados após a Primeira Guerra Mundial estão interligados com problemáticas de natureza diversa (econômicos, culturais, políticas, psicológicas, etc.) que possuíam em seu cerne o transplante de modelos europeus para as elites latino-americanas, estranha às sociedades locais.[13]

Nos seus primórdios (1907), o partido foi criado em resposta à percepção generalizada das fragilidades que o modelo agroexportador demonstrava desde a crise de 1890. Entre os seus integrantes de destaque está Hipólito Yrigoyen, a liderança política que chegou ao poder no ano de 1916. Isso foi possível, em parte, graças à aprovação da Lei Sáenz Peña pelo governo anterior de Roque Sáenz Peña (1912), que tinha por objetivo dar fim às trapaças em eleições; assim como garantir o sufrágio universal masculino[14].

Como grande crítica das fraudes – característica crônica da política argentina da época –, a UCR tinha como uma de suas formas de mobilização a abstenção política. Utilizando das abstenções em eleições, a UCR mostrava a parcela da população que a apoiava através da porcentagem de ausência nas urnas. As principais bandeiras defendidas pelo partido de Yrigoyen eram o reformismo, o desenvolvimento social, e a participação política. Ainda, na mesma época, esse movimento progressista era percebido também nos demais países latino-americanos, evidenciando um momento político na região.

Atrelada às pautas da UCR, o partido utilizava da parcela considerável da insatisfação que motivada pela desigualdade econômica e social que pairava sobre a Argentina da época para adquirir eleitores. Resumidamente, a desigualdade fora

---

[13] Todavia, vale destacar que as mudanças catalisadas pelo conflito mundial já vinham sendo gestadas por séculos. Por exemplo, as medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos em 1930 possuem precedentes que datam do início do século XX (Storani, 1995 in Jalabe, 1996, p. 37).

[14] Contudo, vale destacar que esta lei não foi uma medida que pensava nas minorias, pelo contrário a sua intenção era preservar o sistema político diante da fragmentação política, catalisada com a chegada de comunistas e anarquistas do exterior (Tato, 2004, p. 27).

resultado do longo ciclo de expansão e consolidação nacional – entre 1862 e 1914 – que favoreceu a prosperidade em Buenos Aires, enquanto que o país demonstrou dificuldades em alcançar um desenvolvimento político que alçasse a redução das desigualdades sociais nas regiões do interior (Rock, 1986, p. 162).

No lado oposto do espectro político de Yrigoyen, estava o poder conservador tradicional das elites agrárias. Essas, tinham preocupações com relação às mudanças propiciadas pela diversificação política durante o início do século XX, que tomavam forma nos governos radicais. As elites conservadoras eram defensoras do liberalismo econômico que propiciou a chegada da Argentina aos países mais ricos do mundo – a *Belle Époque* argentina – devido ao crescimento da participação no comércio internacional (Romero, 2007, p. 50). Com os impactos da crise de 1929, a elite abandona gradativamente o discurso liberal conforme Yrigoyen encontrava dificuldades em se adaptar à nova configuração do comércio mundial: mais lento e difícil aos países agroexportadores devido ao protecionismo generalizado em decorrência das crises internacionais.

Por outro lado, a elite conservadora se sentia cercada conforme o radicalismo expandia a participação das classes marginalizadas da sociedade argentina, dando origem ao golpe de Estado de 1930 (Pellegrino; Prado, 2019, p. 132). Em troca da representatividade política, tomava o lugar o nacionalismo reacionário, que de 1912-1922 se consolidava como uma opção para as elites conservadoras argentinas. (Rapoport, 2003, p. 219).[15]

Associada a pauta do nacionalismo enquanto combate da independência, outro ponto que motivou a derrubada do governo Yrigoyen foi quando o mesmo buscou privatizar a exploração de petróleo por meio de contrato com a empresa norte-americana *Standart Oil* (Storani, 1995, p. 37). Internamente, a rejeição a esse acordo ressoava em críticas sobre a entrega de setores estratégicos a empresas estrangeiras – rejeição essa catalisada pela empresa em questão ser norte-americana (Donghi, 1993).

4.1. O NACIONALISMO CRESCE NAS FRATURAS DA DEPENDÊNCIA

[15] Em resposta, "A longa virada da história econômica da América Latina, que rompe com as estruturas de renda herdadas do período colonial, só ocorre na verdade a partir do fim dos anos 1930 e torna-se plenamente sensível nas duas décadas seguintes. Em contrapartida, **a Grande Guerra contribuiu para a tomada de consciência da forte dependência** das economias e alimenta já nos anos 1920 um nacionalismo econômico resumido de maneira lacônica por Lugones: a 'experiência colossal' do conflito revelou aos povos 'a necessidade de se bastar a si mesmos' (Compagnon, 2014, p. 344, grifo próprio).

Muñoz (2010, p. 240) afirma que a grande expansão da economia argentina desde a metade do século XIX à década de 1930 se deu principalmente por ser produto do seu caráter de economia complementar à britânica. Portanto, em um cenário de abrupta diminuição das vendas e entrada de capitais britânicos, o impacto doméstico das crises internacionais levantou a questão de como diminuir a dependência em relação ao Reino Unido e, quiçá, do exterior. Assim sendo, para países dependentes do comércio exterior como a Argentina, o colapso de 1930 representou uma deterioração tanto no volume de exportações quanto na arrecadação de impostos sobre a importação (Devoto; Fausto, 2004, p. 260).

Imerso nesse contexto, o golpe de 1930 foi encabeçado por forças reacionárias nacionalistas, contrárias ao liberalismo, tanto político (democracia representativa) quanto econômico (livre-mercado), rechaçando a dependência econômica condicionada ao comércio com a Grã-Bretanha (Rock, 1987, p. 227).[16] A impossibilidade de reverter esses impactos da crise de 1929 implodiu as elites políticas e demais forças da sociedade, encontrando problemas domésticos que não reverteram uma das principais causas da instabilidade argentina: a sua dependência.

Nessa época, uma importante classe política começava a ganhar presença nos destinos políticos do país: o Exército. Com base nessa classe social, o general José Félix Uriburu é feito líder do movimento golpista que depôs Yrigoyen (Romero, 2007). Na literatura, o golpe de Uriburu é visto como um marco na união entre as forças nacionalistas ideológicas e as forças armadas. Segundo Beired (2001, p. 307), esse evento é importante pois acabou: "inaugurando um longo ciclo de participação dos militares na vida pública do país".

A ala nacionalista de Uriburu tinha inspirações no fascismo espanhol, de Primo de Rivera, e no italiano, de Mussolini. Essa preferência ideológica emulava a tendência da época de crítica ao modelo liberal após a crise de 1929, associando a dependência da Argentina às volatilidades do mercado internacional. Todavia, o modelo de Uriburu – que propunha uma total reformulação do sistema político, substituindo o modelo representativo por um corporativista – foi interpretado como muito radical pela sociedade, recebendo pouco apoio. A alternativa adotada foi do seu até então aliado político, o general Agustín Pedro Justo.

---

[16] Mais especificamente, a ideologia nacionalista se prolifera principalmente nos meios militares (Doratioto, 2022, p. 2).

Essa alternativa – que buscava preservar minimamente a defesa das instituições e preceitos liberais – obteve ressonância pela sociedade e apoio dos periódicos *La Nación* e *Crítica*. Contudo, houveram dificuldades para a formação de uma frente unida contra o autoritarismo – muito por causa de discordâncias internas em torno de uma possível união para derrotar o rival radical que no momento se encontrava fragilizado (Romero, 2007, p. 69). Diferentemente de como foi durante o governo de Uriburu, as relações com a Grã-Bretanha eram bem-vistas remetendo a uma reconciliação com a dependência outrora criticada pelo próprio movimento golpista.

Como explica Gilpin (1981), diferente de uma guerra hegemônica de valores e posições antagônicas, a transição hegemônica aqui analisada na verdade é uma continuidade do liberalismo e da democracia liberal – porém sob a inicial faceta do protecionismo norte-americano. Tanto na questão política, econômica e cultural a dependência se mostrava em 1929 como sendo uma dimensão inescapável. Por um lado, diante da ascensão hegemônica dos Estados Unidos os argentinos percebiam com cada vez mais clareza que a hegemonia do vizinho do norte empunha uma versão semelhante da dependência que já vinha sendo apurada desde a independência nacional. De outro lado, a decadência com os britânicos não ensejou uma relação mais igual, mas pelo contrário, deu origem a uma manutenção de uma relação comercial desigual, na qual os britânicos utilizaram de todo seu peso econômico para impor tratados desiguais em momento de crise econômica global.

Firmado em 1933 por Julio A. Roca e Walter Runciman, o Tratado Roca-Runciman foi feito sob ameaça britânica de diminuir o fluxo de compra de carne argentina no contexto da Crise de 1929. O governo argentino aceitou condições drásticas, que obrigavam o país a dar um tratamento aduaneiro preferencial ao Reino Unido. Entre as condições, estavam exportar prioritariamente a partir de frigoríficos estrangeiros; transportar a carne em embarcações britânicas, assim como utilizar a totalidade do lucro obtido na compra de bens de origem inglesa como forma de pagamento da dívida contraída com esse país e priorizar serviços desempenhados por empresas britânicas (Adamovsky, 2020, p. 163).

O tratado, que tinha duração de 3 anos, foi renovado em 1936 sob novo acordo, o Tratado Eden-Malbrán. Nesse sentido, os britânicos ganharam o direito de impor taxas à importação de carne argentina. Outro ponto do artigo, dava benefícios para as ferrovias britânicas em troca da redução das tarifas de frete para o trigo (Rock, 1986, p. 225).

O governo argentino explicou, ao fim, que a depressão econômica limitou as manobras possíveis, ou seja, essas concessões eram necessárias para manter a participação argentina nos mercados exteriores. Nessa perspectiva, o tratado pode ser entendido como um exemplo de tratado desigual, onde a Grã-Bretanha utilizou do seu poder econômico para obrigar a Argentina – em situação menos favorável – a aceitar um tratado que suaviza o declínio dos britânicos após a crise de 1929 e da presença norte-americana. A assinatura do acordo reavivou sentimentos reacionários de intelectuais nacionalistas críticos à dependência britânica.

Portanto, por mais que fosse um sentimento compartilhado a insatisfação frente à dependência britânica, esta não era facilmente materializada, devido ao peso histórico que essa relação representava para os mesmos. Do lado britânico a situação foi semelhante: mesmo estes sabendo da importância da relação entre os dois países se optou pela aplicação de um tratado desigual.

Do lado norte-americano, foi implementada a lei protecionista Hawey-Smoot em junho de 1930. Esta aumentou os direitos aduaneiros acima de 52% do valor da taxação das mercadorias. O objetivo era proteger a organização agrária do Oeste estadunidense (Conil; Ferrari, 1971, p. 12). Por outro lado, as relações com os Estados Unidos foram marcadas por acirrados atritos diplomáticos que davam continuidade – porém em maior gravidade – ao desafio argentino frente às Conferências Interamericanas. Durante o período entreguerras o que se observou foi a resistência à Liga das Nações e a dificuldade do acesso ao mercado norte-americano. Já no âmbito da Segunda Guerra Mundial, os estadunidenses embarcaram em uma cruzada diplomática pelo fim da neutralidade argentina frente a globalização do conflito.

Após os Estados Unidos declararem guerra ao Eixo – em decorrência do ataque à base norte-americana de *Pearl Harbor* (1941) – os mesmos buscaram a colaboração de todos os países da América Latina com o esforço de guerra, sob o baluarte da solidariedade continental. Essa movimentação, só foi possível graças à Política da Boa Vizinhança, que desde 1940 vinha preparando o continente para uma aproximação hemisférica – substituindo o discurso hegemônico com base na diplomacia de canhoneiras para uma de não-intervenção fundada na propaganda cultural do panamericanismo. Por sua vez, como salienta Zagni (2015, p. 41), muito mais do que um elemento propagandístico, essa estratégia é guiada por interesses econômicos, intelectuais e morais que se fundem em uma grande iniciativa.

Contudo, contrariamente ao Brasil que se alinhou aos Estados Unidos, declarando guerra ao Eixo em 1942, a Argentina buscou preservar sua neutralidade sob o discurso de ser uma questão de soberania. Esse posicionamento, possui lastro em séculos de rejeição à política estadunidense, vista pelos portenhos como intervencionista desde 1920 (Muñoz, 2010, p. 248-249).

A resposta para essa atitude encontra-se no desejo argentino de independência distanciada das intenções hegemônicas norte-americanas. Essa perspectiva se fortalece ao levar em conta que no começo do século XX, o pan-americanismo como forma de integrar os países latino-americanos sob a liderança norte-americana pode ser vista como uma limitação ao ideal argentino de líder, durante os embates nas conferências interamericanas.

Nesse impasse, a diplomacia norte-americana falhou em buscar um consenso, adotando na verdade uma postura que produziu um efeito contraproducente: a intimidação diplomática isolou a Argentina e ampliou a presença de militares simpáticos ao Eixo (Welles, 1944, p. 145).[17]

Para além da análise superficial – amplamente propaganda pelos Estados Unidos na época[18] – da relação entre a Argentina e o Eixo[19], Escudé (1995), Beired (2001); Doratioto (2022) são alguns dos autores que focam no quadro maior: a percepção da Segunda Guerra como um momento de ruptura que possibilitaria à Argentina conquistar a soberania política e econômica.

4. CONCLUSÃO

Sob a perspectiva da Relação Triangular, torna-se possível entender que na transição entre as hegemonias anglo-saxãs, a Argentina teve suas ações limitados em um espaço definido pelas duas potências que utilizavam de seu peso comercial ou

---

[17] Vale salientar que em meio ao conflito diplomático entre Estados Unidos e Argentina, os britânicos se posicionaram contrários ao isolamento argentino – tendo em vista que a preservação da neutralidade era favorável ao Reino Unido (Cabral, 2023). O que por sua vez demonstra que nem em todos os momentos os dois países agiram de forma conjunta.

[18] Sendo marcante o famoso caso da publicação do sensacionalista Livro Azul, em 1946.

[19] Convém ressaltar que a Argentina não era um país nazista por defender a neutralidade. Por mais que houvessem apoiadores convictos dos nazistas, estes eram poucos elementos se comparados com a totalidade da sociedade. Na verdade, a maior parte da sociedade apoiava indivíduos pró-aliados, diretamente ligado ao precedente histórico da Primeira Guerra. Assim, a neutralidade era favorável aos interesses econômicos dos exportadores que se beneficiam do comércio com toda Europa (Tulchin, 1980, p. 469; Escudé, 1988, p. 3 apud Doratioto, 2022, p. 4).

financeiro para direcionar a política externa argentina. Mais do que isso, em diversas ocasiões os dois países agiram de forma conjunta.

Em Rapoport (2003, p. 157); Escudé (2012, p. 156), Rock (1986), Adamovsky (2020), O'Connell (1984), Bethell (2017), a relação triangular é vista majoritariamente por uma perspectiva econômica, sendo ela necessária para entender a explicar a inserção internacional argentina entre a Primeira Guerra Mundial e a Crise dos anos 30. Além disso, o termo isolado "relação" não explicita corretamente a desigualdade titânica entre as capacidades entre a Argentina, um país periférico, e os Estados Unidos e Grã-Bretanha, potências hegemônicas em momentos alternados. Essa ideia fica mais clara quando analisada sob o viés da transição hegemônica.

Por outro lado, não cabe atrelar exclusivamente a atores internacionais o destino argentino. Pelo contrário, sugere-se aqui que diante da desigualdade de capacidade entre os três países, a Argentina não teve suas decisões definidas, mas sim condicionadas, por duas grandes potências que não só utilizavam dessa desigualdade para alcançar patamares superiores nas negociações – e por vezes atuavam juntas contra os portenhos.

Contudo, como bem observado por Zagni (2015, p. 37) ao se debruçar sobre os fatores que motivaram a propaganda cultural estadunidense na América Latina o autor defende que a compreensão não deve ocorrer por meio do foco restrito a uma dimensão da realidade (economia, cultura, política, sociologia, etc) mas sim de um nexo de multideterminações variadas. Tal perspectiva, pode ser transplantada para os objetivos do presente trabalho.

Dessa forma, é possível entender que a relação triangular, por mais que tenha se manifestado de maneira econômica-financeira, possui também multidimensões que dialogam com a cultura e a política. Sob os conceitos de hegemonia e transição hegemônica, essa realidade torna-se ainda mais evidente. Por meio da expansão conceitual que o presente artigo propõe, torna-se possível investigar como essa relação triangular se reproduziu também o conceito de relação triangular sobre um número insondável de temas (Zagni, 2015, p. 37).

Futuramente, dívida-se a política em sua maioria entre aqueles que apoiavam a continuidade das relações com a Grã-Bretanha e aqueles que optaram pelo rompimento. Na minoria, houveram partidos políticos que defenderam o alinhamento aos Estados Unidos nesse período – tamanha indisposição com o vizinho do norte.

A doutrina Drago, que sustenta que o pagamento das dívidas não pode ser forçado através do emprego das armas tinha dificuldade em ser tornada norma pelos países latino-americanos pois poderia fazer com que os europeus diminuíssem o fluxo de empréstimos. Esse fato pode ser utilizado para discutir a capacidade da Argentina em fazer parte como uma ponta da relação triangular.

Ainda, na época da Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido impôs um sistema de lista negras voltadas a restringir as atividades de empresas alemãs. A Argentina, que tinha uma economia aberta, foi afetada (Muñoz, 2010, 193). Rapoport (2003) e Escudé (2012) também destacam que o Canadá também estava em uma espécie de relação triangular (esse tipo de relação não era única). O Tratado Roca-Runciman foi feito em decorrência da crise de 1930 (Munõz, 2010, p. 9).

Assim para se levar em conta uma maior dimensão – e também imbuir com maior alcance descritivo – sugere-se aqui falar em Relação Triangular Hegemônica, onde nas bases do triângulo estão Grã-Bretanha (ex-hegemon) e os Estados Unidos (futuro hegemon) e no topo, o sistema internacional liberal. Ao invés de estar em um dos cantos – como a historiografia alude – a Argentina está no centro. Isso decorre pois o termo "relação" passa a ideia de um aparente equilíbrio entre partes, quando na verdade se tratam de duas potências hegemônicas (uma decadente e a outra ascendente) que organizam um sistema internacional com características semelhantes.

Nesse ambiente, a Argentina tem suas ações limitadas pelas possibilidades impostas pelos dois países do norte, que a qualquer movimento contrário, deslancha sobre o país platino tratados desiguais, ameaças e sanções. A partir da perspectiva de transição hegemônica, da seguinte forma a Relação Triangular – ou melhor, Relação Triangular Hegemônica.

REFERÊNCIAS

ADAMOVSKY, Ezequiel. **Historia de la Argentina**. 1 ed. Buenos Aires: Crítica, 2020.

BEIRED, José Luis Bendicho. A grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n°42, v. 21, p. 303-322, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/Ymz5f74KcY3KCFBK679S8GQ/. Acesso em 18 de out 2023.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina:** A América Latina após 1930 – Economia e Sociedade. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BUENO, Clodoaldo. Da pax britannica à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas conferências internacionais americanas, **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, v. 10, p. 231-250, 1997. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2050. Acesso em 24 de mar. 2024.

CABRAL, Thiago Noschang. **A política externa Argentina na aurora do século XX (1916-1955): por uma terceira posição na era dos extremos**. 2023. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) ´– Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31046. Acesso em 07 de nov. 2024.

CATTARUZZA, Alejandro. **Historia de la Argentina 1916-1955**. 3 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa:** A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939). 1 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CONIL PAZ, Alberto; FERRARI, Gustavo. **Política exterior argentina, 1930-1962**. Buenos Aires: Círculo Militar, 1971.

COSTA, Sergio Corrêa. **Crônica de uma guerra secreta: Nazismo na América: A conexão argentina**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DAVIS, Harold E. HIPOLITO YRIGOYEN (1852-1933): The Argentine Man of Mystery, **World Affairs Institute**, Estados Unidos, n. 4, v.110, p. 275-282, 1947. Disponível em: . Acesso em 12 jul. 2023.

DEVOTO, Fernando J; FAUSTO, Boris. **Brasil e Argentina:** um ensaio de história comparada. 1. ed. São Paulo: [Editora] 34, 2004.

DI TELLA, Torcuato S. **História social da Argentina contemporânea.** 2 ed. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-461-historia_social_da_argentina_contemporanea>. Acesso em: 01 jun. 2023.

DONGHI, Tulio Halperín. **The contemporary history of Latin America**. 1 ed. Estados Unidos: Duke University Press, 1993.

DORATIOTO. Francisco Fernando Monteoliva. A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial. **Revista História São Paulo**, SP, v. 41, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/6W4TbyBMFtRQ3Fw5zc9W39F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 jul. 2023.

ESCUDÉ, Carlos. Un enigma: la “irracionalidad” argentina frente a la Segunda Guerra Mundial. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina**, Tel Aviv, v. 6, n. 2, p. 5-33, 1995. Disponível em: https://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1192/1220

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Blue Book on Argentina**. 1 ed. Nova Iorque: Greenberg, 1946.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. 1 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1981.

HAINES, Andrés Ferrari; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Perón e Vargas, **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, 1043-1074, dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/k6SCP3JPfsBrDBzWczppBFg/abstract/?lang=pt. Acesso em 18 de jan. 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUNA, Félix. **Breve história dos argentinos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-Argentina, 1995.

KERSHAW, Ian. De **volta do inferno: Europa, 1914-1949**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LANÚS, Juan Archibaldo. **Aquel apogeo**: política internacional argentina: 1910-1939. 1 ed. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2015.

LUNA, Félix. **Breve história dos argentinos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-Argentina, 1995.

MONTALDO, Graciela; NOUZEILLES, Gabriela. **The Argentina Reader: History, Culture, Politics**. 2 ed. Estados Unidos: Duke University Press, 2002.

MUÑOZ, José R. Sanchis. **Historia diplomática argentina**. 1 ed. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

O’CONNELL, Arturo. La Argentina en la Depresión: los problemas de una economía aberta, **Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n. 92, v. 32, p. 479-514, 1984. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://historiasocialargentinaunlp.com.ar/wp-content/uploads/2018/04/oconnell-arturo.pdf&ved=2ahUKEwj0j7aw2syFAxXGpZUCHUplD8YQFnoECBUQAQ&usg=AOvVaw2TV31q3VIcnYExOnTdbbed. Acesso em 21 de mar. 2023.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. **História da América Latina**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latino-americana**. 2 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

RAPOPORT, Mario. **História economica, politica y social de la Argentina (1880-2000)**. 2 ed. Córdoba: Macchi Grupo Editor, 2003.

ROCK, David. **Argentina 1516-1982:** From Spanish Colonization to the Falklands War. Estados Unidos: Universidade da Califórnia, 1986.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

SAES, Alexandre Macchione; SAES, Flávio Azevedo Marques de. **História econômica geral**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SHERMAN, Steven. Hegemonic Transitions and the Dynamics of Cultural Change, **Review (Fernand Braudel Center)**, Nova Iorque, n. 1, v. 22, p. 87-177, 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40241449. Acesso em 21 de jun. 2023.

STORANI, Federico. **La Neutralidad Activa 1916-1930**. In: JALABE, Silvia Ruth (comp.). La política exterior argentina y sus protagonistas 1880-1995. 1 ed. Nuevohacer: CARI, 1996.

TATO, María Inés. **Viento de fronda: liberalismo, conservadurismo y democracia en la Argentina 1911-1932**. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos:** uma relação turbulenta. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

WELLES, Summer. **The Time for Decision**. 1 ed. Londres: Morrison and Gibb Limited, 1945.

WHITAKER, Arthur P. **Argentina y los Estados Unidos**. 1 ed. Buenos Aires: Proceso, 1956.

ZAGNI, Rodrigo Medina. **Identidades em guerra:** imperialismo e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. (os casos de Brasil, Argentina e México. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

ZANATTA, Loris. **Uma breve história da América Latina**. Tradução Euclides Luiz Calloni. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.